



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

DÍLI, 28 DE MARÇO DE 2017

COMUNICADO DE IMPRENSA

Reunião do Conselho de Ministros de 28 de março de 2017

O Conselho de Ministros reuniu-se esta terça-feira, no Palácio do Governo, em Díli, e ouviu a explicação do Ministério das Finanças sobre o processo de formalização da **adesão ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas**. Esta instituição internacional anunciou a aceitação da candidatura de Timor-Leste, no dia 23 de março, e informou o Governo sobre os procedimentos a efetuar. O Ministério das Finanças vai, agora, reunir a informação necessária, a apresentar em próxima reunião do Conselho de Ministros, juntamente com a proposta de Resolução para adesão ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, a enviar ao Parlamento Nacional, para apreciação e votação.

Ainda do Ministério das Finanças, foram aprovadas três propostas: **alteração ao acordo de empréstimo para financiamento do projeto rodoviário Manatuto-Baucau**, para diminuir o risco das flutuações cambiais; a renovação do **contrato com a empresa FreeBalance**, de prestação de serviços na área dos sistemas de informação financeira; e a **Política de Gestão da Eficácia da Ajuda Externa**, que tem como principal objetivo assegurar que a assistência dos parceiros de desenvolvimento é utilizada no cumprimento do plano e das prioridades do Governo.

Por proposta do Primeiro-Ministro, foi aprovada uma **contribuição financeira para o Security Council Report**, organização internacional independente que tem como missão promover a transparência e a eficácia das atividades do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Foram aprovadas duas propostas do Ministério da Justiça: a **primeira alteração à Orgânica dos Serviços Técnicos e Administrativos da Procuradoria-Geral da República**, que prevê a reorganização de alguns serviços e a criação e elevação da categoria de outros, indispensáveis à prossecução dos objetivos da Procuradoria-Geral da República; e a atualização do **quadro do pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República**.

O **regime jurídico da proteção e conservação da biodiversidade**, apresentado pelo Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos e pelo Ministério do Comércio, Indústria e



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com
(+670) 33 310 608

Ambiente, foi aprovado. Estabelece os princípios e as regras aplicáveis à proteção e conservação da natureza, definindo especialmente as normas para a proteção de espécies protegidas e para o controlo de espécies exóticas.

Foi aprovada a assinatura do **Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Combate ao VIH/SIDA de Timor-Leste e a Comissão Nacional de Combate ao VIH/SIDA da Indonésia**. Este acordo tem como grande objetivo promover a participação da comunidade dos dois países no programa de prevenção do VIH/SIDA.

O Conselho de Ministros designou Inês Maria de Almeida e Francisco Dionísio Fernandes para o **Conselho de Administração do Centro Nacional Chega, da Memória à Esperança** (Instituto Público que promove a solidariedade para com os sobreviventes mais vulneráveis das violações de direitos humanos), indo a primeira ocupar o cargo de Presidente.

O Governo aprovou a assinatura do **Protocolo de cooperação entre o Ministério da Administração Estatal da República Democrática de Timor-Leste e o Ministério da Cultura da República Portuguesa para salvaguarda e divulgação do património arquivístico**. Este acordo abrange a transferência de conhecimento, a formação e a digitalização de documentos relacionados com a História comum, entre outros; além disso, prossegue os objetivos da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que prevê a recuperação do acervo histórico dos seus Estados-membros e a criação de mecanismos que facilitem a preservação e divulgação deste património comum. Saliente-se que o Arquivo Nacional de Timor-Leste, gerido pela Direção-Geral do Arquivo Nacional do Ministério da Administração Estatal, e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Portugal, detêm património documental que pode contribuir para estimular a troca de informações de interesse comum que existe nestes dois arquivos e que são parte integrante da memória comum de ambos os países.

Foram, ainda, analisadas as propostas de **Políticas de Abastecimento Público de Água** e de **Gestão de Recursos Hídricos**, apresentadas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Os outros ministérios apresentaram sugestões e comentários para integrar nos documentos, que voltarão a ser apresentados em próximo Conselho de Ministros. **FIM**

